

LULA LIVRE PARA MUDAR O BRASIL!

AMÉRICA LATINA: PROCESSO EM DISPUTA

O padrão atual de acumulação capitalista continua marcado pela forte hegemonia do capital financeiro, favorecida, desde a década de 1980, pelas políticas econômicas neoliberais com centralidade total do mercado, atrofia do Estado e dos direitos sociais, enorme concentração de riquezas e redução da carga tributária para os ricos.

A desregulamentação dos fluxos de capitais e a absoluta liberdade de especulação financeira levaram à violenta crise de 2008 nos EUA, na Europa e depois em todo o mundo, que ainda não está completamente superada e, junto com a guerra comercial EUA-China, pode conduzir a economia global a uma nova recessão.

A partir da década de 1990, como reação aos efeitos devastadores do neoliberalismo, surgem na América Latina diversos governos progressistas — Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai, Bolívia, Equador e Chile, entre outros — que fazem a região dar um verdadeiro salto histórico em termos de desenvolvimento econômico, progresso social e projeção no mundo. No mesmo período, ocorre a ascensão da China relativizando fortemente o unipolarismo econômico do EUA, assim como a Rússia relativiza o seu unipolarismo geopolítico e militar.

Nesse contexto, emergem iniciativas de caráter multilateral que começam a reformar na prática a ordem internacional vigente. É o caso dos BRICS e de seu banco de desenvolvimento. O Brasil, durante os governos Lula e Dilma, foi um ator importante nesse processo, ao mesmo tempo que fortalecia as relações Sul-Sul e a integração Latino Americana.

Mas os interesses do grande capital e as pretensões de poder unilateral dos EUA, em um contexto de desaceleração econômica mundial, conduziram a uma profunda contra-ofensiva da direita, levando à crise interna e ameaça de invasão imperialista na Venezuela,

desestabilização das democracias do continente, golpes de Estado no Brasil, Paraguai e Honduras, derrota dos progressistas na Argentina.

A diferença é que o neoliberalismo, agora, já não tem base democrática suficiente e lança mão de mecanismos cada vez mais autoritários para implementar o seu projeto.

É um processo aberto, inclusive no Brasil. Não está definido que a direita, de volta ao governo, conseguirá conservá-lo, e a Argentina pode ser a prova disso. Nem que a esquerda voltará fatalmente ao governo. Depende da ação das forças progressistas. O Brasil é um caso estratégico, pelo peso que tem o país e a força da esquerda, além da grande liderança de Lula.

A ofensiva do imperialismo norte americano e das forças de extrema direita em nível internacional exige a mais ampla unidade da esquerda e das forças progressistas e democráticas em defesa de uma ordem internacional multipolar, comprometida com a soberania e a autodeterminação dos povos, com a superação das desigualdades, da pobreza e da fome, com a promoção dos direitos humanos, com o desenvolvimento ambientalmente sustentável e a paz entre as nações.

Essa nova ordem supõe a reforma do sistema internacional e o fortalecimento de órgãos multilaterais como os BRICS, entre outros. Neste sentido, devemos aprofundar as relações partidárias do PT com todas as forças politico-partidárias no mundo que se opõem ao ideário neoliberal e da extrema direita.

A integração econômica, social e cultural da América Latina e do Caribe se mostra ainda mais necessária em face da ofensiva de governos reacionários e ultraneoliberais como os do Brasil, Argentina e Chile. Trata-se de defender as instituições regionais como CELAC, UNASUL, MERCOSUL e PARLASUL e a articulação e a integração entre os países nos marcos da soberania de cada um, visando alcançar o desenvolvimento econômico compartilhado e a justiça social, assim como o progresso científico, tecnológico e cultural de todos.

É também imprescindível a luta em defesa da democracia e do Estado de Direito; da manutenção e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais; da democratização dos meios de comunicação; das prerrogativas dos povos originários e de políticas ambientais que contribuam para a preservação da vida e para uma relação harmoniosa entre a espécie humana e a natureza. Sem falar na luta contra a utilização do poder judiciário e do aparato policial para perseguir adversários políticos. Nesse sentido, o fortalecimento do FORO DE SÃO PAULO, como um dos principais instrumentos de articulação dos partidos de esquerda e progressistas latino-americanos é estratégico para nossa atuação no próprio continente.

RESISTIR AO AUTORITARISMO NEOLIBERAL E CONSTRUIR A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR

Os primeiros sete meses do governo Bolsonaro só confirmaram, infelizmente, os piores temores da sociedade brasileira. O projeto da extrema direita – abertamente antidemocrático, antinacional e antipopular —, mesmo enfrentando forte resistência do PT e dos partidos progressistas, dos movimentos sociais e de outros setores democráticos, já causou enormes prejuízos ao Brasil e às condições de vida do nosso povo. Dentro e fora do país, seus efeitos são desastrosos.

Internamente, a maioria da população sofre cada vez mais as consequências da prolongada paralisia econômica e da absoluta omissão do governo frente a ela. Soma-se a isso o irresponsável desmonte das políticas sociais, que sacrifica milhões de pobres, mas atinge igualmente os trabalhadores e as classes médias assalariadas, que também necessitam dos serviços públicos. Esse quadro é agravado por uma reforma da previdência elitista e excludente que penaliza o andar de baixo da sociedade para beneficiar o capital financeiro. O governo, no entanto, prefere virar as costas aos problemas reais do país para apostar em uma verdadeira guerra ideológica e pretensamente moral, criando um clima artificial de intolerância e violência

contra todos os que se mobilizam em defesa da legalidade democrática, dos direitos dos trabalhadores e do respeito à diversidade: negros, mulheres, comunidade LGBT, entre outros.

Externamente, desde o fim da ditadura militar o Brasil não tinha uma imagem tão negativa no mundo. Todo o prestígio acumulado pelo país, em especial no governo Lula, graças às formidáveis conquistas econômicas e sociais da população, e graças a uma política externa “altiva e ativa”, ao mesmo tempo independente e cooperativa, que tornou possíveis grandes avanços no cenário regional e global, a exemplo da criação da CELAC e dos BRICS — está sendo rapidamente jogado fora pelo governo Bolsonaro. O Brasil passou a adotar uma política externa de alinhamento automático com os EUA, de total subserviência ao unilateralismo imperial e belicista do governo Trump, abrindo mão de sua soberania e de qualquer atuação autônoma no mundo, mesmo quando as posições dos EUA prejudicam diretamente os interesses econômicos e/ou geopolíticos do Brasil. O país deixou de ser um admirado protagonista para tornar-se um coadjuvante agachado e fanfarrão, cujas posturas só nos desmoralizam no concerto das nações: hostilizar gratuitamente os países árabes, provocar a China com bravatas ridículas, desprezar a unidade da América do Sul, fazer a apologia de ditaduras militares e governos fascistas, insultar a Organização Internacional do Trabalho (OIT-ONU), defender o trabalho infantil e o desmatamento da Amazônia, negar estupidamente as mudanças climáticas, atacar de modo grosseiro o Acordo de Paris e os ambientalistas de todo o mundo.

Na área econômica, o fracasso do governo Bolsonaro é evidente. O anunciado crescimento de 3% do PIB em 2019 não passou de mais uma fake news. O próprio Banco Central já reduziu a sua previsão para 0,8% e tudo indica que ele poderá ser menor ainda. O tão propalado investimento externo até agora simplesmente não veio. O investimento interno, por sua vez, praticamente inexistente. Os analistas são unânimes em reconhecer que 2019 está perdido para a economia. E o que é pior: justamente o setor que poderia desbloquear essa situação — o Estado

– e alavancar a economia, investindo em infraestrutura e em políticas sociais, está proibido de fazê-lo pelo obtuso ideologismo neoliberal, que só pensa em cortar, cortar, cortar atrofiando e sucateando o Estado para impedi-lo de cumprir novamente o seu papel de indutor do desenvolvimento.

O resultado é o aprofundamento da crise social, com altíssimo nível de desemprego, queda na renda dos trabalhadores, crescimento assustador da miséria e a volta do flagelo da fome, que havia sido erradicada no país.

No que se refere às políticas públicas, há um idêntico descalabro. O caso mais clamoroso é o da educação, pois o corte de 30% no orçamento das universidades indignou o país e gerou imensas manifestações de protesto. A saúde também foi duramente afetada: a destruição do programa “Mais Médicos”, por exemplo, fez com que mais de mil municípios brasileiros voltassem a viver sem um único médico. Quanto ao meio ambiente, os riscos são tão graves que oito ex-ministros da área, de diferentes governos e partidos, divulgaram um manifesto denunciando o desmonte do sistema de proteção ambiental do país.

O descompromisso do governo com as instituições democráticas não podia ser maior. Ele se choca com o Supremo Tribunal Federal, querendo evitar que o STF julgue a (in)constitucionalidade dos atos do executivo; com a imprensa independente, para que ela não revele os malfeitos do governo; com as centrais sindicais, tentando impedir que elas defendam os legítimos direitos dos trabalhadores; com as universidades, para que elas não exerçam a sua autonomia constitucional e o direito de pensar e pesquisar livremente; com os conselhos de participação social para que a sociedade civil não opine sobre as políticas públicas nem as fiscalize; com os povos indígenas, porque defendem suas vidas, territórios e identidades; com as lideranças sociais da Amazônia, porque não aceitam a exploração predatória dos recursos naturais; com os órgãos técnicos do próprio governo, querendo obrigá-los a mentir e a falsificar estatísticas; com os artistas, pretendendo censurar o conteúdo de suas obras.

Os episódios cada vez mais frequentes de invasão de sindicatos e partidos, prisão arbitrária de militantes sociais, de violência física contra ativistas de direitos humanos, de ameaças a jornalistas, a artistas, juristas e parlamentares democráticos, alguns dos quais tiveram que sair do país para sobreviver, demonstram que o Brasil está em uma assustadora marcha para o Estado Policial. A verdade é que os comportamentos abertamente fascistas estão se tornando a regra do governo Bolsonaro e dos grupos de extrema direita que o apoiam.

O projeto do governo Bolsonaro não é apenas conservador, o que já seria inadmissível em um país tão brutalmente desigual e injusto como o nosso. É um projeto de enorme **retrocesso histórico**. Quer fazer o país recuar décadas em termos de soberania nacional, de direitos civis e políticos, de direitos econômicos e sociais. Quer abolir o Estado laico. Quer desnacionalizar o que há de mais avançado em nosso sistema produtivo (a maior prova disso é a criminosa privatização da Petrobras com a venda dos gasodutos, das refinarias e da BR Distribuidora!). Justamente ele, que tanto falou em “patriotismo” na campanha eleitoral, quer entregar a nossa soberania, a defesa nacional, o Pré-Sal e todas as empresas públicas— ao grande capital internacional. Quer cancelar as conquistas que os negros, as mulheres, a comunidade LGBT, os povos indígenas tiveram em sua longa e sofrida trajetória de lutas. E, para implantar esse projeto regressivo, não hesita em atacar e perseguir os intelectuais, os cientistas, os educadores e os artistas tentando impedi-los de pensar livremente.

Nesse contexto, a estratégia do PT deve ser ao mesmo tempo de resistência ao projeto do governo Bolsonaro e de acumulação de forças para que o Brasil possa retomar o mais rápido possível o caminho da transformação social. De um lado, é preciso barrar as políticas regressivas da extrema direita. De outro, é preciso propor ao país uma alternativa progressista consistente ao desastre civilizatório que é o governo Bolsonaro, e trabalhar para que ela alcance o mais amplo respaldo social e político. Alternativa baseada em uma Plataforma de medidas emergenciais e estruturais capazes de tirar o país da crise e recolocá-lo no caminho do

verdadeiro desenvolvimento, com independência nacional e justiça social. Que dê a devida centralidade à Reforma do Estado, à Reforma Política, à Reforma Tributária, à Reforma do Sistema de Comunicação, à Reforma Agrária e à Reforma Urbana, entre outras. Essa plataforma deve ser elaborada a partir do Programa Democrático Popular no qual inspirou-se o nosso programa presidencial de 2018, e que pode e deve ser enriquecido no diálogo com os partidos aliados e os movimentos sociais e democráticos.

A Reforma Tributária defendida pelo PT deve ser um dos eixos dessa plataforma alternativa, pois todos sabem que no Brasil os ricos praticamente não pagam imposto. Quem paga mesmo é basicamente a classe trabalhadora e a classe média mais modesta. Bolsonaro e Paulo Guedes, quando falam em reforma tributária, querem beneficiar ainda Mais os ricos. Está na hora de implantar no Brasil um **sistema tributário justo**: quem pode mais, paga mais; quem pode menos, paga menos; e quem não pode, não paga. Propomos tributar as grandes fortunas e produtos de luxo, lucros e dividendos das grandes empresas e remessas de lucro para o exterior, juros sobre capital próprio; e reforçar o combate à sonegação fiscal, entre outras medidas.

O nosso Programa Democrático Popular se articula do ponto de vista estratégico com o projeto histórico do Socialismo Democrático, o “Socialismo Petista”, reafirmado ao longo de toda a trajetória do PT. Para nós, é irrenunciável o objetivo de construir, com o apoio das maiorias populares, uma nova sociedade livre, plural e solidária, uma sociedade em que o direito à vida não seja objeto de compra e venda, em que o direito à felicidade não seja uma mercadoria, em que milhões de seres humanos não sejam condenados à miséria, à fome, à morte para satisfazer a ganância de lucro. Uma sociedade que não seja, pela sua própria lógica, como é a sociedade capitalista, injusta, excludente, discriminatória. Uma sociedade sustentável, fruto de uma nova relação com a natureza. Uma sociedade, enfim, que seja não só materialmente mais justa, mas também ética e culturalmente superior.

Para barrar a ofensiva reacionária do governo Bolsonaro, o PT deve continuar empenhado em construir a unidade das forças progressistas tanto no parlamento quanto na sociedade. A atuação conjunta das bancadas de esquerda e centro-esquerda na Câmara e no Senado é muito importante, ainda que não seja suficiente para enfrentar o rolo compressor do Governo, com seus aparatos de poder e escandaloso fisiologismo. A aliança entre os governadores progressistas favorece uma ação articulada no cenário regional e nacional. O consórcio dos governadores do Nordeste deve ser apoiado com entusiasmo. Os governos estaduais progressistas são os principais depositários do extraordinário legado de desenvolvimento com justiça social do período em que governamos o país. Expressam outra visão do país e outro modelo de desenvolvimento, mais justo e eficiente para a população, contribuindo para manter viva a nossa alternativa emancipadora aos olhos do país. É fundamental também continuar fortalecendo a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, que reúnem uma parte significativa das organizações e movimentos do país. Elas propiciam a reflexão conjunta das centrais, movimentos e partidos e cumprem um papel destacado nas mobilizações de massa. A unidade dos partidos e dos movimentos progressistas transmite uma sinalização de responsabilidade e coesão para amplos setores da sociedade.

Não há contradição entre consolidar a unidade das esquerdas e, ao mesmo tempo, buscar alianças mais amplas, até com personalidades e setores de centro, em prol do Estado de Direito e de outras causas como a defesa da Universidade Pública ou o combate à homofobia. Sem falar, naturalmente, na luta pela liberdade de Lula, crucial para a recuperação da plena democracia no país, que exige a máxima amplitude social e política. Sempre que for possível articular frentes mais amplas em torno de bandeiras democráticas, agregando forças e personalidades que se opõem ao Estado Policial, à perda da soberania nacional e à eliminação de direitos sociais, devemos nos empenhar para construí-las e fortalecê-las. Na resistência ao governo de extrema direita a mobilização massiva da sociedade é imprescindível, sem prejuízo

da batalha institucional. No processo de acumulação de forças para retomarmos nosso projeto transformador, o PT deve reafirmar a sua **estratégia de maioria**, um dos elementos-chave (desde o “Manifesto de Fundação”) do ideário do partido.

Trata-se de construir uma maioria consistente na sociedade – que não seja apenas eventual, conjuntural, mas que se afirme como verdadeira hegemonia democrática de ideias e valores – se queremos chegar novamente ao governo federal com efetiva sustentação para promover as mudanças imediatas e históricas que são a própria razão de ser do PT.

O resultado que obtivemos nas últimas eleições mostrou a força do PT e de seus aliados. Perdemos a disputa presidencial (manchada pela prisão fraudulenta de Lula, a absurda proibição de sua candidatura e as infames fake news), mas não fomos destruídos como pretendiam as oligarquias dominantes. Longe disso. O PT continua a ser o maior partido político do país, com mais de dois milhões de filiados e grande capilaridade e força em todo o território nacional, além de governar estados importantes e contar com expressivas bancadas parlamentares.

Para que o PT e os partidos progressistas voltem a ser maioria, no entanto, além de consolidar o apoio daqueles 47 milhões que votaram em nós precisamos também trabalhar para reconquistar aqueles setores sociais — especialmente das classes populares — que nos apoiaram em 2002, 2006, 2010 e 2014, e foram decisivos para que ganhássemos as quatro eleições e pudéssemos governar o país. É fundamental identificar quais são esses setores, compreender as suas motivações, mesmo que não concordemos com elas, e retomar o diálogo cotidiano com eles em torno de suas condições de vida e de seus direitos: emprego, educação, saúde, segurança e transporte. A extrema direita soube manipular carências desses setores, mas não quer nem pode dar respostas efetivas e duradouras a elas com as suas políticas elitistas e excludentes. As pesquisas recentes revelam que parcelas significativas dos setores populares que votaram em Bolsonaro já estão frustradas com as medidas destrutivas e

antipopulares do governo, mas isso não significa que já tenham passado a apoiar nossas propostas. O mesmo vale para outros setores sociais, como segmentos relevantes das classes médias assalariadas, que haviam se incorporado ao nosso projeto, principalmente por suas contradições com as políticas de arrocho dos governos neoliberais, mas também se distanciaram do PT nos anos recentes.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA

A crescente violência contra os negros, as mulheres e a população LGBT é uma das questões mais graves da vida nacional. Para um grande número de brasileiros, antes de ser um problema de bem estar social, é de direito à vida. Basta lembrar os 75.600 assassinatos cometidos no país em 2018, em sua maioria de jovens pretos pobres. O que se torna ainda mais alarmante quando é o próprio Presidente da República que prega o racismo, o machismo, o patriarcalismo, a homofobia e as formas mais abjetas de preconceito. Ao dizer abertamente que mulheres e homens não devem ter os mesmos direitos, que os negros escravizaram a si próprios e que a população LGBT é fruto da degeneração familiar e social — Bolsonaro está na prática legitimando essa escalada da violência.

Para o PT, que é um partido da esquerda democrática e libertária, tão importante quanto o direito à igualdade é o direito à diversidade. Razão pela qual a luta em prol desse direito não deve ser tratada como questão setorial. Em nossa plataforma de lutas, ao lado da defesa da democracia, da soberania nacional, das empresas públicas, do combate à pobreza, do emprego e da educação — devem estar, e com toda a centralidade que merecem, a defesa dos direitos das mulheres, a igualdade racial, o combate à LGBTfobia e a defesa dos direitos da juventude.

LULA LIVRE: URGÊNCIA DEMOCRÁTICA

As revelações do site The Intercept sobre as mensagens entre o ex-juiz Sérgio Moro e o procurador Dallagnol desmascararam de vez a essência da Lava Jato: um projeto de poder

paralelo e clandestino forjado por integrantes do Estado, sem qualquer respaldo democrático. Agora está mais do que evidente que o seu principal objetivo sempre foi criminalizar o PT, suas lideranças — em especial, o Presidente Lula — e seu legado de governo. Os dois agiram de modo deliberado para impedir, por meios ilícitos, que a população pudesse votar livremente em Lula. Bolsonaro pagou a Moro com o Ministério da Justiça. Hoje, não resta a menor dúvida de que o golpe dado na Presidenta Dilma, a prisão política de Lula e a eleição de Bolsonaro fazem parte do mesmo projeto autoritário e antipopular que a Lava Jato, tal como uma Organização Criminosa, contribuiu decisivamente para implantar no país

Já não se trata de provar mais nada. A condenação fraudulenta de Lula tornou-se evidente. Cabe aos tribunais superiores reconhecerem a sua inocência e libertá-lo, resgatando a credibilidade da justiça brasileira e o Estado de Direito.

Moro e Dallagnol perderam completamente a condição de permanecer em seus cargos, e devem ser imediatamente afastados, para que os órgãos corretores possam apurar livremente os seus atos ilícitos.

DERROTAR A DIREITA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

Frente a esse quadro a derrota da ultradireita nas próximas eleições é um dos objetivos centrais. Vencer as eleições significará a retomada do papel do Estado visando impulsionar a geração de emprego e renda, trazer de volta políticas voltadas a fortalecer a educação pública, democrática e de qualidade, tal qual previsto no Plano Nacional de Educação; expandir a qualidade da saúde pública, por meio de programas como o *Mais Médicos*; fortalecer políticas de habitação popular, como a Minha Casa Minha Vida; transporte; infraestrutura; fortalecimento de outros direitos sociais, dos direitos humanos, civis e políticos e da participação popular nos municípios de áreas predominantemente rurais, urbanas e ribeirinhas. Parta tanto tomaremos como referência às políticas desenvolvidas por nós à frente

de governos municipais, dos governos Lula e Dilma e dos governos estaduais que ao criarem recentemente o Consórcio dos Governos Estaduais do Nordeste, instituem uma alternativa para o desenvolvimento e financiamento da região demonstrando que é possível retomar um projeto de desenvolvimento sustentado por uma democracia mais ampla e forte. Nessas eleições queremos ampliar nossa votação dialogando e contribuindo para a organização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras de todas as áreas, com setores progressistas e democráticos, por isso lançaremos o maior número possível de candidatos a vereadores. Procuraremos também construir alianças que permitam fortalecer o polo de oposição democrática, comprometido com a defesa dos direitos, da realização da justiça social, e da soberania do Brasil.

Obs. Uma versão mais ampla e detalhada dessa tese, contendo inclusive uma proposta global de plataforma democrático-popular e um texto sobre construção partidária, está disponível no site: <http://construindounovobrasil.com.br/>